

PSICOLOGIA ESCOLAR: POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL NO MARANHÃO

Camila Vieira Marques ¹
Francisco Cipriano Bezerra Júnior ¹
Gustavo Nicácio Almeida ¹
Raiana Pinheiro Costa ¹
Yasmin Alike Rodrigues Dovera ¹
Priscilla Andrade Silva ²
Maria Oneide Monteiro de Oliveira Dominici ³

¹ Acadêmico do Curso de Psicologia (Faculdade Edufor), São Luís-MA.

² Docente da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.

³ Docente da Faculdade Edufor, São Luís-MA.

Recebido em: 01/02/2024 - Aprovado em: 10/04/2025 - <http://doi.org/10.70353/edufor.v3n1.003>

RESUMO

INTRODUÇÃO: Com a crescente chegada da psicologia no Brasil e em todo seu território nacional, torna-se evidente a preocupação da Psicologia sobre a realidade da qualidade de vida de muitos brasileiros. Associado a este cenário os psicólogos passam a tratar de demandas sociais, buscando assim enfatizar a importância da saúde mental. Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as iniciativas das políticas públicas em saúde mental na educação no Maranhão. **MATERIAIS E MÉTODOS:** Para a realização deste artigo foram realizadas pesquisas em períodos e acervos locais públicos sobre a temática para contextualizar o cenário das políticas na área da saúde mental no Maranhão. Para tanto realizou uma revisão bibliográfica a partir das seguintes fontes documentais: artigos (nas bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS, Scientific Electronic Library Online - ScieLO e Biblioteca Virtual em Saúde - BVS), monografia, dissertações entre outros documentos que abordam sobre a Psicologia Escolar e Saúde Mental no Maranhão. **RESULTADOS:** Apesar das iniciativas públicas existentes, a cobertura de profissionais de psicologia nas escolas ainda é insuficiente, e a integração entre os serviços de saúde mental e as instituições educacionais precisa ser aprimorada. **CONCLUSÃO:** A ampliação das equipes multidisciplinares nas escolas, a maior articulação com os serviços de saúde e a criação de políticas regionais que respondam às especificidades locais são passos importantes para melhorar a saúde mental no ambiente escolar do Maranhão.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida. Demandas sociais. Equipes multidisciplinares.

THE CHALLENGE FOR EDUCATIONAL PSYCHOLOGISTS: a comparative analysis of the role of psychologists in the school environment

ABSTRACT

INTRODUCTION: With the growing arrival of psychology in Brazil and throughout its national territory, the concern of Psychology about the reality of the quality of life of many Brazilians becomes evident. Associated with this scenario, psychologists are now dealing with social demands, thus seeking to emphasize the importance of mental health. The aim of this research is to present public policy initiatives on mental health in education in Maranhão. **MATERIALS AND METHODS:** In order to produce this article, research was carried out into periods of time and local public collections on the subject in order to contextualize the scenario of mental health policies in Maranhão. To this end, a bibliographical review was carried out using the following documentary sources: articles (in the following databases: Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences - LILACS, Scientific Electronic Library Online - ScieLO and Virtual Health

Library - BVS), monographs, dissertations and other documents dealing with Educational Psychology and Mental Health in Maranhão. **RESULTS:** Despite existing public initiatives, the coverage of psychology professionals in schools is still insufficient, and integration between mental health services and educational institutions needs to be improved. **CONCLUSION:** The expansion of multidisciplinary teams in schools, greater coordination with health services and the creation of regional policies that respond to local specificities are important steps towards improving mental health in Maranhão's school environment.

KEYWORDS: Quality of life. Social demands. Multidisciplinary teams.

INTRODUÇÃO

No cenário mundial, a Psicologia Escolar tem se mostrado uma forte aliada para o processo de ensino, auxiliando nas diversas demandas e desmistificando a incapacidade de aprendizagem (PEREIRA; SILVA, 2023).

Martinez (2009) afirma que os psicólogos educacionais são responsáveis por avaliar e compreender as necessidades e aspirações dos alunos no ambiente escolar, trabalhando para identificar e abordar quaisquer problemas emocionais ou comportamentais que possam afetar a capacidade dos alunos de aprender de forma eficaz. Por meio de avaliação e aconselhamento, podem auxiliar os alunos a desenvolver as habilidades necessárias para gerenciar suas emoções e comportamentos, melhorar seu desempenho acadêmico e bem-estar geral. Além disso, estes profissionais podem auxiliar a apoiar as necessidades emocionais dos professores, avaliando o clima escolar e fornecendo orientações sobre como criar um ambiente de aprendizagem saudável, fornecendo treinamento a partir de temáticas de psicologia educacional e como aplicá-los (DI PIERRO, 2005; PESSOA; GONDIM, 2023).

Torna-se mais necessária a visualização na prática, a respeito daquilo que é descrito como um direito humano de todos: a educação, avaliando de que maneira tem sido desenvolvida e se verdadeiramente tem atendido aos diversos tipos de demandas, no que se diz, alunos típicos ou atípicos, com ou sem transtorno de aprendizagem (ZUANETTI et al., 2023). A proteção dos direitos humanos é um objetivo fundamental da política pública, tendo em vista que buscam atender as condições de construção e sustentação da sociedade, para que os diversos grupos sociais possam viver com dignidade em suas diversas realidades, tais como: educação, saúde, meio ambiente e desenvolvimento (LIMA, 2023).

A análise das políticas públicas de saúde mental na educação tornou-se uma importante área de pesquisa no campo da Psicologia, devido ao aumento da taxa de mortalidade por suicídio, onde uma grande parcela destes indivíduos não possuía nenhum tipo de apoio psicológico. Recomendam-se medidas para modificar o cenário atual, a promoção da saúde mental nas escolas e a capacitação de professores para identificar e abordar problemas de saúde mental em estudantes (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019; ALVES et al., 2023).

Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo principal refletir sobre as políticas públicas em saúde mental na educação do estado do Maranhão, compreender como a atuação do profissional da área de psicologia educacional vem sendo desenvolvida nos últimos tempos.

O que nos conta a História da Psicologia no Brasil e no Maranhão

A psicologia cresce no Brasil na mudança do século XIX e XX, a partir das discussões proposta pela medicina e a pedagogia, que se tornam os pioneiros nos estudos e pesquisas dos transtornos mentais. Neste período, no Brasil, surge uma grande demanda de profissionais que fossem capacitados na área da Psicologia, porém é somente na década de 50 que se tem a chegada do curso de graduação. Na década seguinte, se tem a regulamentação da profissão

do Psicólogo por meio da Lei n° 4.119, 1962, que se torna um grande marco na história, pelo reconhecimento da importância desta profissão para nossa sociedade, e, com efeito, trouxe também a consolidação da Psicologia Escolar como uma das áreas de atuação profissional (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009).

Desde o início, a Psicologia associou-se à educação no Brasil, compreendendo que a perspectiva da Psicologia Escolar tinha como principal foco o atendimento a dificuldades de aprendizagem dos alunos (SOUZA FILHO et al., 2023). Na época, essa proposta de atuação da Psicologia norteou ações com tendências psicométricas e experimentais ao responsabilizar apenas o aluno por seu fracasso escolar e desconsiderar os aspectos educacionais, sociais e econômicos, validando, assim, concepções deterministas sobre desenvolvimento humano com ênfase na patologização do aprender, na qual predominava uma compreensão classificatória de caráter remediativo sobre os sujeitos (ANTUNES, 2008; MARINHO-ARAUJO, 2010; GUZZO, 2012; RIBEIRO, 2020).

Segundo Bock (1999) a partir da década de 80, teve-se um rompimento de psicólogos com a realidade da condição de vida do povo brasileiro. Pautados em discussões mais ampliadas e menos deterministas sobre os aspectos cognitivos, afetivos e sociais do processo de ensino e aprendizagem, os psicólogos escolares começaram a questionar-se sobre o fazer psicológico e sua real contribuição para o contexto educacional, ao reconhecer que as dificuldades ou problemas de escolarização não estão centrados no aluno, mas manifestam-se nele por meio da organização cultural das sociedades (BARBOSA; MARINHO-ARAUJO, 2010; RIBEIRO, 2020).

Na visão de tais profissionais essa realidade se tornou a grande fonte causadora do sofrimento psíquico da sociedade na época, a partir deste momento os psicólogos buscaram atender também demandas sociais. Esse movimento de reflexão sobre a identidade profissional possibilitou conquistas para área, culminando na construção de uma Psicologia com ressignificações epistemológicas, teóricas e metodológicas (MARINHO-ARAUJO; ALMEIDA, 2014; MARINHO-ARAUJO, 2016).

A Psicologia no Maranhão chega pelas mesmas vias de outros estados do Brasil, porém tem seu início de forma tardia comparado a outras regiões. Os estudos dos casos psicológicos, estiveram por muito tempo sendo estudados pelas áreas médicas e educacionais, já o atendimento de pessoas que sofriam com alterações psicológicas inicialmente era realizadas por médicos e profissionais da área da saúde, pois não havia profissionais qualificados para esse atendimento. A conquista pelo espaço profissional deu-se de forma lenta, e somente na década de 70 que foi registrada a chegada de profissionais formados de outros estados, para trabalharem na capital (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; SÁ et al., 2023).

Com a grande demanda de profissionais chegando ao estado do Maranhão, foi somente em 1970 que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) deu início ao curso de graduação de Psicologia. Em 1990, com o ingresso de 30 alunos, na primeira turma de Psicologia do estado, o curso se tornou o segundo mais procurado da instituição, se tornando um grande marco da Psicologia no Maranhão (RIBEIRO, 2020).

A maioria dos psicólogos recém-chegados atuou na área da Psicologia Organizacional, na qual havia maior demanda para fins de contratação trabalhista. Alguns atuaram na área clínica e raramente se encontravam psicólogos nas escolas (realidade observada ainda nos dias de hoje). Quando isso acontecia, essa atuação se restringia à aplicação de testes vocacionais. (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009).

De acordo com Araújo (2005), nos anos 90 inicia-se o curso na IES do Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA), primeira faculdade privado no Estado. As duas únicas IES a ter implementado o curso de graduação em Psicologia até aquele momento, sendo uma instituição pública federal e outra privada. Ambas em sua matriz curricular oferecendo

estágios em diversas áreas da psicologia, incluindo a Psicologia Escolar, porém as atividades de pesquisa e extensão universitária nesta área podem ser vistas com uma falta de apoio institucional, pois acabam sendo insuficientes para a prática profissional (RIBEIRO, 2020). No Maranhão, as escolas privadas, o sistema educacional público, bem como as instituições educacionais do terceiro setor (ONGs, associações etc.), tem demandado o serviço de Psicologia Escolar, ainda que esse crescimento seja lento. A título de exemplo, tem-se que a Prefeitura de São Luís, em fevereiro de 2008, realizou concurso público para a Secretaria Municipal de Educação abrindo quatro vagas para psicólogo, sendo duas delas para psicólogo especialista em Psicopedagogia. Isso torna urgente a melhoria da formação na área, tendo em vista a necessidade de se consolidar uma Psicologia Escolar comprometida com as transformações no cenário educacional maranhense (CARVALHO; MARINHO-ARAUJO, 2009; SÁ et al., 2023).

O cenário da psicologia no Maranhão foi se destacando ao longo do tempo, o que é possível ser confirmado de acordo com informações encontradas no site do Ministério da Educação (MEC), sobre o número favorável da oferta do curso de graduação em Psicologia no Maranhão, com: 24 IES privadas e 2 pública. Pautada na compreensão de que o crescimento da sociedade está ancorado ao desenvolvimento educacional de um país, a educação superior é vista como uma possibilidade de mudança e ascensão social, capaz de promover transformação econômica e pessoal para os diferentes sujeitos que participam, direta e indiretamente, desse espaço (RIBEIRO, 2020).

Os jovens que são afetados com algum tipo de transtorno mental nas escolas, apresentam frequentemente um rendimento acadêmico inferior, entra no grande número de evasão e na probabilidade de envolvimento com problemas ilegais, já alunos com problemas emocionais e comportamentais vem se tornando o preocupante debate dos educadores nos últimos anos (ESTANISLAU; BRESSAN, 2016). Nesse sentido, a falta de orientação e informações confiáveis causam constante insegurança e torna-se um fato muito relevante a presença de um profissional para auxiliar e preparar melhor os educadores.

A atuação de psicólogos escolares nas instituições de ensino, não é opcional, mas sim obrigatório e direito de cada cidadão conforme a assegura a Lei nº 13.935, 2019. A Prefeitura de São Luís criou no âmbito municipal o Programa de combate e Prevenção ao Suicídio de Jovens e Adolescentes nas Escolas Públicas de São Luís (SÁ et al., 2023), que tem como objetivo promover campanhas com profissionais capacitados, nas escolas que por sua vez tem a finalidade de orienta os cidadãos a identificar os primeiros sintomas que possam conduzir ao suicídio entre os jovens.

A Lei nº 7.012/22, foi criada em visa de desenvolver atividades sociais como palestras, rodas de conversa e eventos com profissionais especializados no tema e ainda busca informa a comunidade onde encontra atendimentos psicológicos e psiquiátricos na rede pública de saúde, oferecendo suporte psicológico com a finalidade de monitoras possíveis jovens e adolescentes que apresentam sintomas de tentativa de suicídio. A tentativa de aplicação desse programa tem em vista o grande número de casos de jovem que tem cometido suicídio no estado do maranhão. Visto de forma positiva a promoção da saúde mental nas escolas onde vem se tornando o ambiente mais ocasionador de problemas psicológicos (RIBEIRO, 2020).

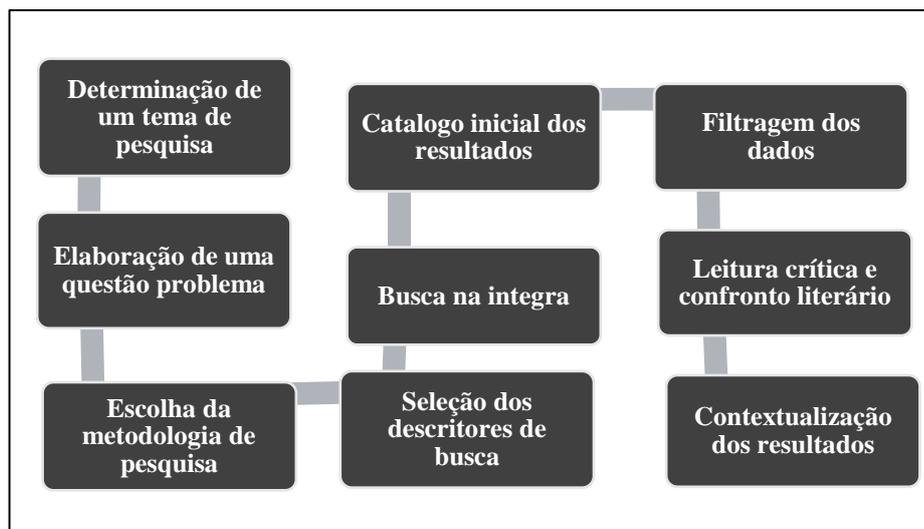
MATERIAL E MÉTODOS

O referido estudo caracteriza-se por pesquisas bibliográficas realizadas por um método composto, pois integrara duas formas de pesquisas, a qualitativa e a descritiva, o método descritivo visou analisar, descrever e explorar sobre o tema a fins de definir uma opinião melhor enquanto a qualitativa buscou compreensão e interpretação sobre determinadas

opiniões, coletadas informações por meio de artigos de revistas científicas com diferentes trabalhos disponíveis para análise, construção e conclusões sobre o tema (LYCARIÃO et al. 2023).

Trata-se de uma abordagem de pesquisas que vêm decorrendo em trabalhos científicos relacionados a atenção. Para a realização desse presente estudo foram consultadas as bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Bem como monografia, dissertações entre outros documentos que abordam sobre a “Psicologia Escolar” e “Saúde Mental” no Maranhão (Figura 1).

Figura 1. Roteiro de pesquisa.



Fonte: Próprio autor.

RESULTADOS E DICUSSÃO

O número reduzido de produções acadêmicas voltadas para políticas públicas em saúde mental no Maranhão é uma preocupação que merece atenção, visto que a falta de estudos e pesquisas nessa área específica pode ter consequências negativas, pois a produção acadêmica desempenha um papel fundamental no avanço do conhecimento, na identificação de lacunas e na proposição de soluções para problemas existentes (SEVERIANO JUNIOR *et al.*, 2021).

A carência de produções acadêmicas sobre políticas públicas em saúde mental no Maranhão pode refletir uma falta de investimento e valorização da área, o que pode comprometer o desenvolvimento de estratégias eficazes de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental. A pesquisa acadêmica é uma ferramenta essencial para embasar e fundamentar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, contribuindo para a melhoria dos serviços e a garantia de uma atenção adequada às necessidades da população (BARATA, 2022).

Tal contexto também pode limitar a disseminação do conhecimento e a troca de experiências entre pesquisadores, profissionais da saúde mental e gestores públicos. Através da produção acadêmica, é possível compartilhar boas práticas, discutir desafios e buscar soluções inovadoras, promovendo um ambiente propício para o aprimoramento das políticas públicas em saúde mental (ANTUNES *et al.*, 2020).

Cada região possui suas características próprias, como aspectos socioculturais e epidemiológicos, que influenciam diretamente as demandas e necessidades em saúde mental.

A ausência de pesquisas locais dificulta a adaptação e o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas à realidade maranhense (LEAL, 2023).

Diante dessa carência, é importante incentivar e promover a produção acadêmica no campo das políticas públicas em saúde mental no Maranhão. Isso pode ser feito por meio de investimentos em pesquisa, apoio à formação de pesquisadores e estímulo à colaboração entre instituições acadêmicas, profissionais da saúde e gestores públicos. É necessário criar um ambiente propício para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que abordem de forma aprofundada as políticas em saúde mental, suas lacunas e desafios específicos no contexto maranhense (SOUZA *et al.*, 2020).

A produção acadêmica é fundamental para impulsionar o desenvolvimento das políticas públicas em saúde mental, fornecendo embasamento teórico e prático para a implementação de ações efetivas (BISPO, 2023). É necessário reconhecer a importância desse campo de estudo e buscar formas de incentivar a produção de conhecimento nessa área, visando promover a melhoria da saúde mental e o bem-estar da população maranhense.

Segundo Silva *et al.* (2019), o Brasil é um país que possui uma diversidade de culturas e contextos diferentes. Nesse panorama de tamanha diversidade, as políticas educacionais encontram o desafio de atender a uma imensa demanda, cujas características e necessidades nem sempre são facilmente contempladas. Constituir políticas para atender toda essa diversidade é um desafio enorme. Diante disso, em parceria com a União, os estados constituem suas próprias políticas públicas para atender de forma mais legítima à demanda de sua população.

A publicação intitulada "Caminhos das políticas públicas voltadas para a saúde mental infantojuvenil", do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005), afirma que historicamente o campo da atenção pública para crianças e jovens carece de uma diretriz política para instituir o cuidado nessa área, resultando no preenchimento desse vazio por instituições, em sua maioria de natureza privada e/ou filantrópica, que, durante muitos anos, foram as únicas opções de acompanhamento, orientação e/ou atenção dirigidas às crianças, aos jovens e aos seus familiares.

O papel do Estado é fundamental no fornecimento de políticas públicas que garantam o acesso universal aos direitos fundamentais, incluindo saúde, educação e proteção social para todos os cidadãos. Dessa forma, a ausência do Estado na implementação de políticas públicas voltadas para a saúde mental no âmbito educacional pode levar ao aumento da desigualdade social e agravar as condições de vulnerabilidade que muitos jovens e crianças enfrentam. Sendo assim, é crucial que o Estado assuma sua responsabilidade nessa área, oferecendo suporte financeiro e orientação técnica às instituições educacionais, ao mesmo tempo em que promove a construção de políticas públicas efetivas e de qualidade (BRAGA; D'OLIVEIRA, 2019).

A Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC), visando à saúde mental de seus educadores, realizou o primeiro curso de capacitação em saúde emocional e mental do educador em São Luís, conforme afirma a Seduc (2023):

Com o intuito de abordar o panorama de adoecimento com o qual os educadores estão constantemente lidando, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAOP-DH), em parceria com o Centro de Valorização da Vida (CVV), promoverá, no dia 31 de agosto, das 8h às 12h, o I Curso de Capacitação em Saúde Emocional e Mental do Educador, no Auditório do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público do Maranhão, localizado na Rua Osvaldo Cruz, nº 1396, centro, em São Luís.

Nesse sentido, observa-se que a SEDUC reconheceu a escassez desse tema no contexto maranhense e a importância da saúde mental dos educadores para que eles possam

desenvolver suas práticas educacionais com excelência, proporcionando assim um ambiente saudável para o ensino/aprendizagem (BRASIL, 2005).

Araújo (2005) em seu trabalho “Conhecendo a psicologia no Maranhão” constatou que o caminho percorrido pela Psicologia no Maranhão, em relação à conquista do seu espaço, aconteceu de forma lenta, motivada pelo desconhecimento da população quanto à atuação e imagem do profissional de Psicologia, pela escassez da oferta de trabalho no Estado com raras oportunidades de atuação para o psicólogo. Para suprir todas essas carências, o Estado contava apenas com a experiência pioneira do Padre João Mohana. O que realmente se tentou assinalar foi como surgiu a Psicologia no Estado do Maranhão, embora com considerável atraso em relação a outras regiões do país.

Em resumo pode-se expressar que nessa passagem foi possível verificar que durante muito tempo o conhecimento psicológico esteve atrelado ao Padre João Mohana, com o reconhecimento da população que o procurava para tratar de assuntos dessa ordem, provavelmente sem diferenciar entre o atendimento psicológico e o religioso (ou espiritual); os psicólogos enfrentaram várias dificuldades entre as décadas de 70 e 80, na cidade de São Luís, para o reconhecimento, pela população, desse campo de conhecimento e trabalho; a partir das dissidências ocorridas no primeiro grupo de psicanalistas, houve uma proliferação de instituições psicanalíticas na cidade.

Galvão e demais pesquisadores (2017) em sua pesquisa “Psicologia Escolar no Maranhão: história da formação e tendências atuais para atuação” observaram que surgiram relevantes iniciativas que demonstram que o psicólogo escolar tem buscado atuar em consonância ao que Mitjáns-Martínez (2009) define como formas emergentes de atuação, desenvolvendo ações cada vez mais abrangentes, com o propósito de contribuir para a otimização do processo educativo. As contribuições teórico metodológicas devem ser suscitadas entre os psicólogos escolares maranhenses em prol da transformação da realidade do estado, por meio do incentivo à otimização do ensino, pesquisa e extensão universitária. Faz-se necessário que os estudos da Psicologia Escolar e Educacional no Maranhão estejam cada vez mais comprometidos com a mudança de um panorama social repleto de injustiças que segregam e excluem a população menos favorecida economicamente.

Ribeiro (2020) em sua dissertação de mestrado intitulada “Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão” constatou que a participação dos psicólogos na rede pública de ensino do Maranhão tem ressignificado as concepções de ensino, aprendizagem e desenvolvimento a partir de práticas institucionais, preventivas e colaborativas entre a comunidade escolar. Contudo, ainda é necessário expandir a participação destes profissionais nos contextos educacionais elucidando seu papel, função e atividades sob uma perspectiva crítica e contemporânea sobre o desenvolvimento humano. Com a terceira etapa, que envolveu a análise documental, foi possível concluir que é necessária uma maior aproximação dos psicólogos que atuam na Educação para discutir e construir diretrizes acerca da especificidade do trabalho nos contextos educativos para orientar psicólogos em processo de formação inicial e continuada com base nas discussões da literatura contemporânea e da realidade vivenciada.

Sá e seus colaboradores (2023) desenvolveram a pesquisa intitulada “Avaliação psicológica no estado do Maranhão: cenário atual e direções futuras”, na qual investigaram as práticas, a formação e o conhecimento de psicólogos maranhenses sobre avaliação psicológica. Participaram 124 psicólogos com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia do Maranhão, que responderam a um roteiro estruturado de entrevista elaborado para este estudo. Os resultados mostraram que a maioria afirma realizar AP (Avaliação Psicológica) na sua prática profissional, que entrevista é a técnica mais usada e considerada mais importante para o processo, que há indícios de avanço na formação em AP no estado do Maranhão, mas

que permanecem dificuldades em relação à compreensão de conceitos psicométricos e na inserção das práticas de AP no dia a dia do trabalho dos psicólogos.

CONCLUSÃO

Com base no que foi dito esta pesquisa buscou analisar os principais tópicos relacionados ao tema sobre a Psicologia Escolar e as políticas públicas em saúde mental na educação do Maranhão e a investigação se estão sendo realizadas pesquisas acadêmicas na área da psicologia escolar no Maranhão.

Embora as pesquisas encontradas sejam poucas, os atendimentos psicológicos nas escolas públicas do Maranhão já começaram a ser realizados, mesmo que de maneira incipiente. O trabalho proporcionou reflexões sobre a prática da Psicologia Escolar no Maranhão ao permitir conhecer as atividades e concepções desenvolvidas no campo pesquisado e apresentou a intenção de contribuir para a consolidação de novas formas de intervenção na rede pública de educação.

É necessário criar um ambiente propício para o desenvolvimento de estudos e pesquisas que abordem de forma aprofundada as políticas em saúde mental, suas lacunas e desafios específicos no contexto maranhense para que possamos futuramente ter mais referenciais que possam nos orientar adequadamente no processo de atuação do psicólogo no contexto escolar e as especificidades de suas demandas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, S. A. A.; SILVA, K. N. da; MACHADO, M. F. A. S.; CAVALCANTE, E. G. R.; ALBUQUERQUE, G. A.; BEZERRA, I. M. P.; LOPES, M. S. V. Cartilha digital sobre práticas sustentáveis para a promoção da saúde do adolescente. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 8, p. 2215-2226, 2023. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023288.07222023>
- ANTUNES, E. P.; TEIXEIRA, Y. B. S.; FERREIRA, L. H. A Importância da Atividade científica: concepções dos produtores de conhecimento químico de uma universidade pública. **Ciência & Educação**, v. 26, e20044, 2020. <https://doi.org/10.1590/1516-731320200044>
- ARAÚJO, M. A. P. Conhecendo a psicologia no Maranhão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 5, n. 1, 2005.
- BARATA, R. C. B. Avaliação da produção acadêmica. **Avaliação**, v. 27, n. 03, p. 429-445, 2022. <https://orcid.org/0000-0002-7215-9788>
- BISPO, M. S. Contribuições teóricas, práticas, metodológicas e didáticas em artigos científicos. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 1, e220256, 2023. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220256.por>
- BRAGA, C. P.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 401-410, fev. 2019.
- BRASIL, Diário Oficial da União. Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Institui o Código Civil, Brasília-DF, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm.
- BRASIL, Diário Oficial da União. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Civil, Brasília-DF, 27 de agosto de 1962.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Caminhos para uma política de Saúde Mental Infantojuvenil**. [s.l.] Brasília, 2005.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 4, p. 315-329, 1999.
- CARVALHO, T. O. DE; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil e no Maranhão: percursos históricos e tendências atuais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 1, p. 65-73, jun. 2009.
- DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.
- ESTANISLAU, G. M.; BRESSAN, R. A. Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. **Psico-USF**, v. 21, n. 2, p. 423-425, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712016210217>

GALVÃO, P.; CARVALHO, T. O. de; MATOS, D. C. de. Psicologia Escolar no Maranhão: história da formação e tendências atuais para atuação. **Psicologia: Ensino & Formação**, v.8, n. 1, p. 16-31, 2017. <https://dx.doi.org/10.21826/2179-58002017811631>

LEAL, F. Estratégias de estudo e de aprendizagem de estudantes de ensino superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.31, n.119, p. 1-23, e0233349, 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003103349>

LIMA, A. L. G. Educação, Saúde e Progresso: discursos sobre os efeitos do ambiente no desenvolvimento da criança (1930-1980). **Estudos Avançados**, v. 37 n. 109, p. 57-70, 2023. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2023.37109.005>

LYCARIÃO, D.; ROQUE, R.; COSTA, D. Revisão sistemática de literatura e análise de conteúdo na área da comunicação e informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo. **Transinformação**, v. 35, e220027, 2023. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e220027>

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 1, p. 169-177, jun. 2009.

MITJÁNS-MARTÍNEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: Compromissos com a educação brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 1, p. 169-177, 2009.

PEREIRA, M. P.; SILVA, S. M. C. da. Psicologia escolar na educação superior: demandas apresentadas por coordenadores de cursos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, e249221, p. 1-14, 2023. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249221>

PESSOA, N. T.; GONDIM, A. P. S. Saúde mental infantojuvenil: análise do discurso das conferências de saúde e saúde mental do município de Fortaleza-CE. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 6, p. 2516-2535, 2023. <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i6.2023-026>

RIBEIRO, C. G. **Atuação de psicólogos escolares na rede pública de ensino no Maranhão**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado Acadêmico em Psicologia. Universidade Federal do Maranhão-UFMA. 2020, 183p.

SÁ, L. G. C. de; BASTOS, L. F.; OLIVEIRA, A. S. de; DUARTE, L. A. D. Avaliação psicológica no Estado do Maranhão: cenário atual e direções futuras. **Psico-USF**, v. 28, n. 2, p. 347-359, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712023280211>

SEDUC. Secretaria de Estado de Educação. <https://www.educacao.ma.gov.br/curso-de-capacitacao-em-saude-emocional-e-ment> al-do-educador-sera-realizado-em-sao-luis-dia-31-de-agosto/ , 2023.

SEVERIANO JUNIOR, E.; CUNHA, D. O. da; ZOUAIN, D. M.; GONÇALVES, C. P. Produtivismo acadêmico e suas consequências para a produção científica na área de administração. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 27, n. 2, p. 343-374, 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.317.103796>

SILVA, M. C. M. DA; CERCE, L. M. R.; BRITO, R. DE O. Estudo das políticas públicas de formação de professores associado aos resultados do IDEB dos Estados do Ceará e Maranhão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, 2019.

SOUZA, D. L. de; ZAMBALDE, A. L.; MESQUITA, D. L.; SOUZA, T. A. de; SILVA, N. L. C. da. A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 46, e221628, 2020. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221628>

SOUZA FILHO, J. A. de; LAVOR FILHO, T. L. de; QUEIROZ, A. A.; ARAÚJO, T. D. de; PEREIRA, L. C. H.; COSTA, E. A. G. A.; MIRANDA, L. L.; BARROS, J. P. P. Notas sobre a formação do psicólogo escolar/educacional: revisão sistemática de 2009-2019. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, e243249, 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-243249>

ZUANETTI, P. A.; PONTES-FERNANDES, A. C.; MORAES, N. M. de; HAMAD, A. P. A.; FUKUDA, M. T. H. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) versus Transtorno Específico de Aprendizagem - Subtipo Leitura (Dislexia): desempenho em tarefas de escrita. **Revista CEFAC**. v. 25, n. 6, e7723, 2023 <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20232567723s>

Autor correspondente:

Maria Oneide Monteiro de Oliveira Dominici
E-mail: oneide.dominici@edufor.edu.br

Conflitos de interesse:

Não há.